

# Política

—CONSTITUINTE—

## INSEGURANÇA JURÍDICA PELA FRENTE

O líder do PMDB na Constituinte prevê um longo período de instabilidade na ordem jurídica, em função das leis ordinárias exigidas pela nova Carta.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, ainda nem assinou a nova Carta, mas já está pensando nas várias leis que o Congresso Nacional terá que fazer no ano que vem, na esteira da promulgação da Constituição. De acordo com um levantamento preparado por sua assessoria, existem nada menos que 153 dispositivos na Carta que não são auto-aplicáveis e que, portanto, remetem a leis ordinárias ou complementares. "Algumas dessas leis são mais urgentes do que outras. Os partidos terão que acordar uma ordem de prioridades para o processo de elaboração das leis para não serem atropelados pelo tempo", considera Jobim.

Assim, o líder do PMDB está desde já trabalhando numa ordem para a elaboração e votação das novas leis. Dentro dessa ordem de prioridades, para algumas leis a própria Constituição define o prazo. É o caso de algumas legislações de iniciativa do Poder Executivo, como a nova lei de custeio e benefício da Previdência Social que, entre outras coisas, disporá, sobre o financiamento do Sistema Unificado de Saúde (Suds) e sobre as aposentadorias. O Executivo tem seis meses para enviar essa lei para o Congresso. Outras leis, o Congresso tem prazo estipulado para votar, de acordo com o que dispõe a Constituição, como a lei complementar que dispõe sobre a nova repartição da receita tributária da União, que tem que estar votada em doze meses.

Outras matérias são urgentes por sua própria natureza. E são para essas que o deputado Jobim quer buscar um acordo entre os partidos para que sejam discutidas primeiro. Para Jobim, são assuntos prioritários a nova lei orçamentária; a lei que regulamentará as próximas eleições presidenciais; as leis orgânicas sobre a magistratura e sobre os novos órgãos do Poder Judiciário (como a advocacia geral da União; a nova legislação trabalhista, ampliando o direito de greve para os servidores públicos; a lei que disporá sobre o Fundo Partidário e a utilização pelos partidos dos espaços gratuitos nos canais de rádio e televisão, além da nova legislação para as carreiras da administração pública. Para adequar todas essas votações, Jobim acha que o regimento interno para os trabalhos da Câmara dos Deputados deve ser votado ainda esse ano.

Por mais rapidamente que sejam feitas as novas leis, Jobim prevê um longo período de insegurança jurídica, de pelo menos três anos. "Será um período em que as novas regras se chocarão com os antigos hábitos. Haverão dispositivos jurídicos que a Constituição e as leis revogarão. Mas há outros que estarão implicitamente revogados."



Jobim: preocupado com a votação das leis ordinárias.

### A nova tentativa dos empresários

Os empresários vão tentar recuperar o espaço que perderam "por comodismo" na Constituinte, fazendo um trabalho mais orientado e agressivo na fase de aprovação das leis complementares, a partir de 5 de outubro. Foi o que admitiu ontem, no Rio, o coordenador da União Brasileira de Empresários (UBE), Antônio Oliveira Santos, após reunião para definir a estratégia de ação da entidade. Entre os pontos que os empresários querem ver melhor definidos estão o tabelamento de juros e o pagamento de férias.

Participaram dessa primeira reunião, além de Santos, pela Confederação Nacional do Comércio, o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e representantes das confederações da Agricultura, Transportes Terrestres, instituições financeiras e Confederação das Associações Comerciais. Segundo Oliveira Santos, a definição da Constitui-

ção acabou com a expectativa no País: "Nós, empresários, tínhamos preocupação com três pontos principais: a estabilidade, o direito de greve e o direito de propriedade. Só o direito de greve não foi resolvido como achávamos que era melhor para o País".

Para os empresários, o direito de greve deve preocupar mais o governo, que é o maior empregador. De acordo com Oliveira Santos, chegou-se à conclusão de que as alterações na legislação trabalhista serão absorvidas pelas forças de mercado, que tratarão de corrigir as distorções: "No final das contas, o impacto dos custos vai ser dividido, e o trabalhador, proporcionalmente, passará a ganhar a mesma coisa que recebe hoje", disse.

O que a Constituinte deixou para ser melhor definido na legislação complementar será alvo de forte pressão dos empresários, deu a entender Oliveira Santos. Ele garantiu, no entanto, que os

métodos não serão os usados pela União Democrática Ruralista (UDR), apontada como a melhor lobista da Constituinte: "Baseados nos estudos que já havíamos feito, vamos apresentar aos parlamentares as alternativas que consideramos mais corretas".

O tabelamento dos juros é o ponto que está deixando "mais perplexos" os envolvidos: "Os 12% seriam destinados apenas ao mercado financeiro privado ou também ao próprio governo? E o pagamento das férias? Os 30% seriam baseados na hora-lazer ou na hora-trabalho?", questionou Oliveira Santos.

Outra definição importante que vem deixando os empresários na expectativa é em relação à emissão de títulos: a partir de 5 de outubro, se já promulgada a Constituição, o governo passa a depender, nestes casos, de aprovação do Congresso: "E se estiver acima do orçamento, como fica?", concluiu Oliveira Santos.

que façam sugestões de modificação na redação da Carta. Esse roteiro, segundo Fogaça, terá três tipos de sugestões. Em primeiro lugar, as feitas pelos próprios constituintes à mesa durante as votações da Constituinte. Por exemplo: o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) propõe que todos os artigos sobre o Ministério Público sejam transformados em um capítulo, em vez de uma seção, o que aumentaria o status dessa instituição, igualando-a à magistratura.

O segundo tipo de sugestão são aquelas de iniciativa dos próprios relatores. Aí se enquadram todas as omissões encontradas e as soluções encontradas.

O terceiro tipo de alteração proposta diz respeito à redação propriamente dita. São erros de português ou de estilo. Fogaça dá um exemplo: o inciso I do artigo 8º diz que o militar "se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se espontaneamente" para disputar uma eleição. "Se ele deve se afastar, então não é espontaneamente, é óbvio", diz Fogaça. Tais alterações, porém, só podem ser feitas pela Comissão de Redação, que terá membros de todos os partidos e condições para fazer qualquer alteração que seja simplesmente de redação.

### Mandado de injunção já provoca polêmica

O mandado de injunção, dispositivo criado pela nova Carta para garantir o direito constitucional dos cidadãos até a elaboração da lei ordinária de regulamentação, já está criando polêmica no Poder Judiciário. O presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), ministro Evandro Gueiros Leite, disse ontem que a inexistência de uma lei processual regulamentando o novo dispositivo talvez possa dificultar a sua aplicação nos primeiros dias após a promulgação da Constituição.

Gueiros Leite levantou a hipótese da utilização das normas jurídicas que regulam dispositivos como o mandado de segurança, que é um recurso bastante usado na Justiça de hoje, para a aplicação do recurso do mandado de injunção. O presidente do TFR admite que será muito difícil a aplicação deste novo recurso criado pela Constituinte sem uma jurisprudência anterior. "No início, os advogados vão tentar aplicar o recurso para todos os tipos de processos, caberá aos juízes decidir se as normas se aplicam ou não", concluiu o ministro.

Outra questão que está preocupando o presidente do TFR diz respeito ao orçamento destinado ao Judiciário, e mais especificamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que substituirá o Tribunal Federal de Recursos após a promulgação da Constitui-

ção. O ministro teme que as mudanças previstas na nova Carta sejam prejudicadas com o corte brusco do orçamento geral da União. Numa primeira estimativa, o TFR solicitou à Seplan Cz\$ 17 bilhões para o ano de 1989, mas a Secretaria de Planejamento só aprovou Cz\$ 630 milhões.

Entre as mudanças previstas no texto da nova Constituição estão a transformação do TFR em Superior Tribunal de Justiça — o que implicará também numa transformação física do Tribunal, que passa a ter 33 ministros e não mais 27 — e a criação dos Tribunais Regionais Federais, que funcionarão como uma segunda instância da Justiça. O ministro Gueiros Leite espera que após a promulgação da Constituição o Congresso reveja a questão do orçamento destinado ao Judiciário e ao STJ, para que se possa colocar em prática o que foi proposto na Constituinte. "O Congresso terá a responsabilidade de preparar o novo orçamento, se foram eles que criaram os novos Tribunais não poderão esquecê-los nesta hora", afirma.

Para o ministro, as mudanças previstas na nova Constituição não implicarão agilização imediata da Justiça. Segundo ele, o principal é uma mudança na estrutura do Judiciário e não apenas nas atribuições dos Tribunais.

### A saída? Onde está a saída após Sarney?

"O Brasil, hoje, joga muito na boa sucessão do presidente José Sarney. Se ela não ocorrer, teremos um novo túnel e muitos de nós não teremos o prazer de ver o Brasil que queremos, porque haverá um fatal desencontro entre nossas biografias e a História." Esta é a opinião do



Jaguaribe: como evitar a tragédia.

cientista político Hélio Jaguaribe, expressa ontem, durante palestra na Associação Brasileira de Engenharia Industrial. Ele afirma que o "País não tem condições de agüentar, depois de Figueiredo e Sarney, mais um governo incompetente. Isso significará um colapso das instituições e um conseqüente mergulho no autoritarismo de esquerda ou de direita". Para evitá-lo, Jaguaribe preconiza uma modernização do Estado.

Como caminho para essa modernização, Jaguaribe aponta a instituição, na cúpula do poder, de um parlamentarismo moderno, com um presidente assegurador da estabilidade institucional, e o estabelecimento de um regime de eficiência pública controlada, mediante aferição de resultados. Propõe ainda a descortialização do Estado, a profissionalização dos funcionários, organizados em carreiras estáveis, a introdução do voto distrital misto e

de uma legislação capaz de provocar a consistência interna dos partidos.

Para a concretização desse projeto, Jaguaribe entende que a sucessão do presidente Sarney, com a escolha de um governo competente, na prática passa por uma vitória do PSDB nas próximas

eleições presidenciais. Ele justifica essa afirmativa alegando que o partido dos tucanos é hoje o que maior número de elementos competentes tem dentro dos seus quadros. "Além disso, o novo partido é o único que exhibe como ponto de honra de seu projeto para o Brasil, a implantação do regime parlamentarista."

Jaguaribe entende que se não se compreender e procurar superar as crises conjuntural e estrutural em que vivemos, o País perderá, a curto prazo, qualquer perspectiva de viabilidade. "O muro está caindo e necessita de escoras para evitar um desmoronamento", afirmou.

Ele sugere a realização de um grande acordo tripartite (sindicatos, empresários e governo), para que o País agüente os 15 meses que restam a Sarney. "Por isso, empresários e sindicatos devem iniciar as negociações e, como este é um governo de pouca iniciativa, ambos devem pressioná-lo a aderir e ser um parceiro responsável."